

# TEORIA E DA PRÁTICA: uma relação dinâmica e contraditória<sup>1</sup>

Silvio Sánchez Gamboa<sup>2</sup>

## Resumo

Teoria e prática são duas categorias que indicam sempre uma relação. Entretanto, a literatura nem sempre apresenta consenso na interpretação dessa relação. Algumas tendências defendem o primado da teoria perante a prática; outras, o primado da prática que confere validade à teoria. Esse dualismo parece ser superado quando se prioriza a relação dinâmica entre eles. O termo práxis denomina essa dinâmica. Esse termo, ao contrário de outras concepções que visam à adequação, ou ao equilíbrio entre a teoria e a prática, expressa a tensão, o confronto e a contradição entre elas, tensão essa que gera um movimento dinâmico de superação.

**Palavras-chave:** *Dialética; Teoria e prática; Praxis*

## Introdução

A teoria transforma-se na negação da prática porque a tenciona: a prática coloca em xeque a teoria, porque em vez de se ajustar a ela, transforma-se em seu contrário. Desse modo, a relação teoria-prática é, em verdade, uma relação dialética. E, como tal, não procura o equilíbrio, o ajuste, a acomodação de uma à outra, visa à sua contradição, isto é, à tensão permanente entre elas. Vale dizer, a teoria transforma-se no contrário da prática e vice-versa. Se não é assim, deixariam de se constituir numa relação dialética. Estas afirmações podem gerar controvérsias e surpresas como a expressa por uma aluna da graduação do curso de Pedagogia da UNICAMP, que assim se manifesta:

Algo que me desequilibrou (desequilíbrio, no bom sentido, isto é conceito que eu possuía, fazendo com que eu pensasse essa concepção acarretando em relação nova visão) foi a questão da práxis como uma contraposição entre teoria e prática, mas como uma união desses fatores<sup>3</sup>.

As teorias do consenso, tanto as idealistas, racionalistas como as pragmatistas e utilitaristas desenham a articulação entre os pares, teoria e prática como a união e/ou aproximação entre essas categorias. A dialética entende a articulação na contradição e no conflito. Tanto a diversidade de enfoques, como a especificidade da interpretação dialética, será objeto das reflexões expressas neste texto, que pretende retomar alguns pontos-chave para a discussão sobre esta que tem sido uma das problemáticas mais agudas tanto no campo das ciências como da filosofia. Uma amostra da atualidade bem como da complexidade de tal discussão podemos perceber nas indicações bibliográficas. Nessa tentativa elaboramos este artigo, organizado nas seguintes partes: 1) a trajetória histórica da discussão sobre a relação

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado na Revista Motrivivência, p. 31-45, dez., 1995.

<sup>2</sup> Professor Livre Docente do Departamento de Filosofia e História, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia da Educação - Paidéia.

<sup>3</sup> Esta é uma das frases expressadas na avaliação da Unidade sobre teoria e prática da disciplina Introdução à Pedagogia, junho de 1994.

teoria e prática; 2) a controvérsia das concepções; 3) a práxis como síntese dinâmica e, 4) à maneira de conclusão, alguns indicadores da discussão atual no campo das ciências da ação.

## 1. A trajetória histórica da relação teoria-prática

A relação teoria-prática sintetiza-se no termo práxis. O termo práxis é usado desde os gregos na Antigüidade para designar uma ação propriamente dita. Em português temos o termo “prática” para designar esse uso corrente; práxis, no entanto, é mais usado no vocabulário filosófico. Porém, o sentido não é o mesmo da palavra grega “práxis”, originado do verbo *pattin: agir* (Sánchez Vasquez, 1968, p.4) e o significado que ela tem em nossa língua. Em grego antigo ela significa “ação para levar a cabo algo”, uma ação com fim em si mesma, que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou à sua atividade. Para Aristóteles a ação moral é práxis nesse sentido, pois não produz nada fora de si; a atividade do artesão, ao contrário, ao produzir um objeto exterior ao sujeito, não é práxis, mas, “*poesis*”, ou seja, um ato de produzir ou fabricar algo. Portanto, o trabalho do artesão, nesse contexto, é uma atividade poética e não prática. Como vemos ao que chamamos hoje práxis, deveríamos chamar *poesis* e vice-versa. As palavras mudam seu sentido segundo o contexto histórico-social no qual são utilizadas. Daí a conveniência de retomar a trajetória do sentido dos termos-chave que utilizamos. Os conceitos teoria e prática também têm seu percurso histórico. Vejamos sucintamente sua trajetória.

Na Antigüidade, a filosofia dos gregos repeliu o mundo “prático” por não captar nele muita coisa além da que observada (da consciência comum – o caráter prático-utilitário). O mundo grego e romano exaltava a atividade contemplativa e intelectual dos homens livres e considerava como indigna toda atividade prática material, particularmente o trabalho que era exercido pelos escravos.

Platão acenou com a possibilidade da unidade teoria e prática, tendo mesmo consciência da necessidade dessa união. Segundo ele, a teoria deve ser prática, o pensamento e a ação devem se manter em unidade, e o lugar dessa unidade é a política: a prática repousa na teoria, ou seja, as idéias tornam-se práticas por si mesmas. A teoria torna-se prática não só porque seja um saber de “salvação” do homem das tramas da matéria (mundo sensível), mas também porque a teoria se ajusta plenamente à prática, fazendo com que a primeira deixe de ser um saber puro e passe a cumprir uma função social e política. A política, segundo Platão, é a única prática digna, desde que seja impregnada da teoria. A primazia, portanto, nesta relação entre a teoria e a prática pertence à atividade teórica. A práxis política dos homens deixa-se guiar ou moldar pela teoria, sem que esta receba alguma coisa da prática. Trata-se, portanto, de uma relação unilateral, pois a teoria não depende da práxis. Platão admite em última instância que a teoria possa ser prática, reconhecendo, assim uma práxis política, mas desde que esta seja a aplicação dos princípios absolutos traçados pela teoria.

Aristóteles, por sua vez, não admite que a atividade política se ajuste a princípios absolutos ditados pela teoria: a realidade política de seu tempo leva-o a concluir pela impossibilidade da unidade entre teoria e prática. A vida na polis separa o que Platão pretendia manter unido idealmente; levando em conta as exigências da vida real, a atividade política pode guiar-se por princípios absolutos da razão teórica. Nesse sentido, a teoria é independente da prática, pois esta tem um conteúdo racional que tem por objeto as ações humanas. “É nesse nível que Aristóteles admite a práxis política que, levando em conta os Estados empíricos, reais, seja uma arte de dirigir na prática os assuntos públicos” (Sánchez Vázquez, 1968:20). Essa arte a que ele se refere é a *tékhne*, um saber fazer; o técnico é o homem que sabe fazer as

coisas, sabe que os meios devem empregar para alcançar os fins almejados. A *tékhnē* não nos dá um conhecimento individual, familiar das coisas (experiência das coisas), mas um certo universal, uma idéia das coisas. Nesse sentido, pode ser ensinada, porque se pode falar do universal, enquanto do individual só se pode ver ou mostrar.

Aristóteles, portanto isolou a teoria da prática. *Para ele a orientação e iniciação na prática não acontecem através da teoria, mas através da 'Tékhnē', uma orientação da ação que deveria servir como introdução consciente na ordem existente* (Goergen, 1979, p.24).

A negação das relações entre a teoria e a prática (material produtivo) ou o modo de vinculá-las, é proveniente, no pensamento grego, de uma concepção de homem como ser racional e teórico. Essa concepção insere-se na ideologia dominante e corresponde às condições sociais da cidade antiga, onde o trabalho humano é desvalorizado; há um modo de produção escravista com mão de obra servil suficiente para atender às necessidades práticas do filósofo ou do político – o que conta é o produto do trabalho e em que medida é útil para satisfazer a necessidade do outro e não a atividade subjetiva do produtor.

No renascimento, o trabalho prático é reivindicado, mas a contemplação ainda é um *status* elevado. O trabalho humano tem seu valor como trajeto obrigatório para facilitar a contemplação (Giordano, Bruno e Leonardo).

No século XVIII eleva-se, cada dia mais, o valor de trabalho humano e da técnica. Bacon afirma que o poder do homem se fortalece por meio de um saber que se nutre da experiência, Descartes afirma que conhecer a forma das ações do fogo, do ar e dos astros nos converte em donos e possuidores da natureza. Os enciclopedistas exaltam o domínio do homem sobre a natureza graças ao trabalho e à técnica.

Os economistas clássicos, Smith e Ricardo, exaltam, também, a práxis material produtiva. O trabalho humano é a fonte de toda riqueza e de todo valor. Um passo decisivo para chegar à concepção da práxis, como esfera essencial do homem, foi dado pela filosofia idealista alemã, para chegar à concepção do homem como ser ativo e criador. A produção é não só o instrumento do domínio dos homens sobre a natureza, senão sobre sua própria natureza. Produção e sociedade ou produção história formam uma unidade indissolúvel.

Em Hegel, as principais idéias sobre a práxis podem-se resumir nestes termos: A Filosofia idealista é uma filosofia da atividade da consciência e do espírito. O princípio ativo é a liberdade e a autonomia. Hegel só pode integrar o trabalho humano em uma concepção geral da atividade do espírito, dando ao trabalho um conteúdo que ultrapassa o meramente econômico. Hegel concebe o trabalho como categoria filosófica ou antropológica, a práxis material produtiva é integrada na concepção do homem: o trabalho tem um papel fundamental na formação do homem, é a manifestação do desenvolvimento do espírito. O trabalho ao *formar* coisas ou ao transformar a natureza, forma e forja o próprio homem. Não há homem, como o demonstram negativamente o senhor e positivamente o escravo à margem do trabalho, no ócio.

Hegel nos diz que o trabalho tem a virtude de elevar a consciência do trabalhador até a consciência de sua liberdade, de seu valor humano, mas essa consciência é adquirida por meio de um longo processo teórico e prático de luta contra sua exploração, ao fim do qual o oprimido chega à consciência, e, por sua vez, à de sua liberdade.

Na ascensão do trabalhador, do escravo à consciência de sua liberdade, Hegel ressalta o papel do trabalho, da atividade prática, mas ignora o da práxis social, o de luta contra a própria opressão. A liberdade é apenas uma questão de consciência: não é imposta pela luta real, efetiva (Sánchez Vasquez, 1968:78).

Hegel leva mais longe do que ninguém a concepção da práxis material produtiva ao relacionamento do processo da formação do homem e de sua libertação, mas ao “*espiritualizar*” totalmente o trabalho – quem trabalha é o espírito – dissolve a práxis material, numa práxis espiritual e atribui a primeira o papel fundamental da liberdade do escravo.

Em Feuerbach a concepção de práxis pode ser resumida assim: Toda atividade ideal ou real, espiritual ou material, teórica ou prática acarreta certa correlação sujeito-objeto. A análise entre o sujeito e o objeto oferece-nos um duplo aspecto: um subjetivo no qual o objeto só existe como produto do sujeito (na religião) e outro objetivo, no qual o sujeito tenta captá-lo como ele é em si, independente de qualquer relação com ele (o ponto de vista do verdadeiro conhecimento). A teoria não é atividade subjetiva, mas sim objetiva, por isso deixa os objetos em paz (teoria é contemplação), não os submete ao sujeito como o fazem a religião e a prática; “*o ponto de vista da teoria é o ponto de vista da harmonia com o mundo*”. Essa harmonia é quebrada em benefício do sujeito na relação religiosa e na prática. O ponto de vista teórico opõe-se ao religioso. No momento em que o homem apresenta uma consciência verdadeira de si mesmo, a teoria destrói a essência teológica – falsa – da religião, mas com isso não se destrói sua essência verdadeira – que permanece oculta – isto é, sua essência antropológica. O homem toma o lugar de Deus.

Referindo-se à atividade humana em geral, Feuerbach diz que a religião nega o homem como ser ativo. Trata-se de uma aparência. A atividade humana é transferida para Deus e, dessa maneira, o homem deixa de ser, na aparência, ativo. A atividade divina não tem limites: pode transformar a água em vinho, ressuscitar mortos, etc. Uma atividade tão poderosa exime o homem da necessidade de agir, basta ter fé na onipotência divina e esperar. O milagre satisfaz os desejos humanos sem esforço nem trabalho. ... a atividade do homem é sacrificada à ação sobre-humana e ilusória de Deus.

A categoria da práxis passa a ser em Marx uma categoria central e à luz desta é que se devem abordar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e da própria realidade. O sentido dado pelo marxismo é o de uma atividade humana que produz objetos ou transformações sociais na realidade. Segundo Gramsci, o marxismo é a filosofia da práxis. Com Marx, o problema da práxis, como atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano.

Marx sintetiza na Tese II sobre Feuerbach sua contribuição no debate sobre pensar e interpretar a realidade e atuar sobre ela para transformá-la. Referindo-se à Filosofia como campo amplo das teorias o pensador diz; “*Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras, trata-se é de transformá-lo*”. Nessa fala Marx rechaça as filosofias da interpretação que se limitam a aceitar e justificar o mundo, mas aceita a filosofia que é prática, na filosofia que interpreta para transformar, numa relação dialética em que a compreensão da realidade tem sentido, se retorna à realidade para transformá-la. A complexidade dessas afirmações exige um maior aprofundamento, o que tentaremos no item 3 deste artigo.

## **2 – A controvérsia das concepções**

A relação teoria-prática, como vimos anteriormente, tem sido objeto de diversas interpretações ao longo da história. Entretanto, para o efeito de nossa discussão, apresentaremos alguns exemplos de abordagens, destacando aquelas que permitem elucidar melhor o conflito das interpretações. Recorremos, neste caso, à apresentação de duas das concepções, que se localizam nos pólos opostos de um contínuo de interpretações que têm em

comum a busca da união do equilíbrio entre a teoria e prática, negando, conseqüentemente, o conflito e a tensão dialética entre esses fatores.

A primeira dessas abordagens, como vimos na parte anterior, surge como Platão (427-342 a. C.), mas a Modernidade está apresentada por autores como Leibnitz (1646-1716), Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e Dilthey (1833-1911). Nessas abordagens, que denominamos de racional-idealistas, a teoria tem primazia, já que os conjuntos de conceitos e representações são formados independentemente da prática dos homens. A prática vem a ser a projeção e extensão das idéias. Para Hegel, por exemplo, a idéia absoluta transcende o mundo. O mundo real é apenas uma realização progressiva desta idéia absoluta.

Na herança do neokantismo meridional (Rickert, Dilthey e Windelband), Weber traduz esse idealismo para o estudo científico da ação social, extraindo dela o papel dos valores no conhecimento e seu antipositivismo. Para ele, a busca de resultados axiologicamente neutros no conhecimento científico, nos leva a separar os julgamentos de fato e os julgamentos de valor. Existe uma impossibilidade lógica (heterogeneidade lógica) de deduzir um imperativo prático ou ético com base em constatações de fato. Os dados empíricos não podem servir de pedestal para demonstração da validade deste ou daquele julgamento de valor. Para Weber, o homem como sujeito da ação, deve ser compreendido na sua ação subjetiva, não em qualquer ação, senão naquela que, por suas características, são significativas, assimiláveis aos *tipos ideais* e dão razão à interação entre os indivíduos e a sociedade. Isto é, para Weber, a possibilidade de pesquisar e compreender uma ação social implica o uso de um modelo ideal que perpassa a realidade e, dentro de uma inacessível totalidade, selecionam-se as ações significativas susceptíveis de compreensão. A teoria sobre a ação social exposta no capítulo primeiro de Economia e Sociedade e na Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo enquadra-se no paradigma compreensivo, de forte influência de Dilthey e define-se, então, o modelo típico-ideal que é uma articulação de categorias formais. Esse é um tipo de conduta absolutamente racional, destinada a medir o desvio das ações reais em relação a tal racionalidade referencial.

O tipo ideal não se refere nem a um modelo estatístico (por exemplo, a média) nem ao denominador comum de diversos valores, nem se refere a um modelo moral. O tipo ideal tem um sentido lógico e, nesse sentido, é uma elaboração mental pela qual uma dada realidade é ordenada, articulando seus elementos constitutivos e fornecendo um sistema de relações, internamente consistente. Um construto de tipo ideal tem duas funções básicas, representa um modelo particular com o qual os fenômenos concretos podem ser comparados e contrastados e permite a explicação causal dos acontecimentos históricos valendo-se de um *dever ser*, ou causa final que direciona os acontecimentos.

Desdobra-se dessa abordagem a primazia de um modelo ideal que serve de critério compreensivo à ação humana.

Próximo ao werbenianismo está o funcionalismo que compreende a ação controlada nos limites sociais em função dos quais se devem pautar as condutas do indivíduo.

Outra concepção que se coloca no contínuo das diversas interpretações de consenso, no pólo oposto ao racional-idealismo, é o pragmatismo-utilitarismo. Enquanto o primeiro aponta para o primado da teoria que ilumina e direciona a prática, estas abordagens defendem a prática como critério de verdade das teorias.

As bases destas concepções estão na filosofia anglo-saxônica e seus principais representantes são: D. Hume (1711-1776), J. Bentham (1748-1832), Stuart Mill (1806-1873), C.S. Pierce (1830-1914), W. James (1842-1909) e J. Dewey (1859-1952). Para eles, a prática

experimental é o único critério da verdade científica e a teoria transforma-se com base nos resultados eficazes da ação humana.

O pragmatismo é a expressão de uma posição empirista e uma das tendências do espírito positivo, interessado em descobrir os critérios objetivos que permitem avaliar as idéias morais e as instituições políticas. A filosofia deveria ocupar-se não dos problemas dos filósofos, mas dos problemas humanos: deveria transformar-se visando ao útil e proveitoso para nossas vidas. Nessas teorias científicas, as idéias sociais e os princípios morais devem ser focalizados de tal maneira que sejam *instrumentos* para buscar o máximo aproveitamento que seria posto em função dos objetivos práticos. A teoria pragmatista da verdade aceita como conhecimento autêntico, o útil e passível de verificação prática. O mandamento moral do pragmatismo consiste em fazer o que é rentável e o que proporciona lucros. A verdade define-se pelo êxito. “*O critério de verdade reside no valor prático, no sucesso e na eficácia ... As aplicações práticas constituem a verdade de uma lei, e uma teoria científica ...*” (Durozoi; Russel, 1993, p.370).

Pierce quem cria o termo pragmatismo, para identificar uma atividade relativa a fins humanos determinados, reconhece uma “*conexão indissolúvel entre conhecimento racional e fim racional*”. Essa adequação do pensamento ao real significa a confiança na capacidade de o intelecto submeter-se às verificações da experiência. A teoria da Significação (meaning) ilustra esse ponto de vista:

(...) segundo essa teoria, a significação racional, o conteúdo dos conceitos é interpretado a lei estabelecida pelo intelecto, para constituir sínteses, cada vez mais fecundas dos dados da experiência. Doravante, o postulado da intelegibilidade do real liga-se intimamente a uma concepção instrumental da razão (é Dewey, psicólogo, que desenvolverá esse aspecto do pragmatismo em seu instrumentalismo) Duchesneau, 1974:132).

Para James, “*O verdadeiro consiste simplesmente no que é vantajoso para nosso pensamento*” (DUROZOI E ROUSSEL, 1993:270). O pensamento prático define o que é verdadeiro em oposição à concepção racionalista idealista para a qual o útil ou prático depende estreitamente da definição prévia do que é verdadeiro. Em ambos os casos o acordo entre o real e o pensamento ou entre o pensamento e o real, estão implícitos na definição do verdadeiro. A verdadeira prática é a que coincide com o pensamento e o pensamento verdadeiro é o que coincide como real.

Para Dewey, a vida coloca o homem em situações problemáticas e indeterminadas e a função do pensamento é transformar tais situações em situações determinadas e resolvidas. Para isso, o homem cria idéias, conceitos, leis, teorias as quais utiliza em função da sua unidade e sua comodidade. Na sua interpretação, a ciência é como uma caixa de instrumentos (conceitos, teorias) dentre os quais escolhemos, por via puramente técnica e empírica, os que resultam mais úteis em uma dada circunstância.

O utilitarismo, tanto em Bentham como Stuart Mill, ao contrário de concepção kantiana segundo a qual o valor moral da ação não se organiza segundo seus resultados, mas segundo a intenção que a anima, o utilitarismo define-se como uma doutrina que coloca a utilidade como critério da ação do ponto de vista moral. A moral utilitarista é a teoria racional que permite determinar as técnicas que garantem o máximo de felicidade individual. Para Bentham essa utilidade tem duas dimensões: o máximo de felicidade individual e o máximo de felicidade para o maior número de indivíduos. Stuart Mill, preocupado com a qualidade dos prazeres e da felicidade, conclui que o indivíduo deve, por interesse, em última instância, querer a felicidade, conclui que o indivíduo deve, por interesse, em última instância, querer a

felicidade de todos. Assim, para obter minha felicidade devo também desejar buscar a felicidade de todos.

A primazia da teoria, defendida pelas abordagens ideal-racionalistas/ assim como a primazia da prática, defendida pelas abordagens pragmático-utilitaristas, busca como verdadeiro nessa relação o acordo entre uma e outra, a identidade ou aproximação entre elas. A verdadeira teoria é a que expressa os resultados da prática, ou a que está mais próxima da aplicação prática. A verdadeira prática é a que coincide com a proposta, com o perfil ideal, com o plano de ação. A prática que encarna o pensamento, a ação, que executa a idéia, é mais verdadeira na medida em que diminuem as diferenças em relação ao pensamento e/ou idéia.

### **3 – A práxis como síntese dinâmica e contraditória**

Diferentemente das anteriores abordagens, a concepção dialética concebe a relação entre teoria e prática não com ajuste entre uma e outra, seja adequando a teoria à prática ou vice-versa, mas, como o não conflito e tensão entre elas. Para entender essa inter-relação dialética, é importante explicitar antes algumas condições. A primeira refere-se à unidade dos termos: não podemos conceber a teoria separada da prática; ou seja, o ser separado do pensamento. A existência de uma ou outra depende da relação mútua entre elas. É a relação com a prática que se inaugura a existência de uma teoria; não pode existir uma teoria solta, o que existe é sempre a teoria de uma prática. A prática existe, logicamente, como a prática de uma dada teoria. É a própria relação entre elas que possibilita a sua existência.

A segunda condição refere-se à necessidade de articular a relação teoria e prática com contextos interpretativos mais amplos, isto é, tanto a prática como as teorias sobre essa prática, não podem ser entendidas separadas ou isoladas em si mesmas. Toda prática está inserida no contexto maior da ação histórica da humanidade que busca e constrói um novo projeto, uma nova realidade. Toda prática tem um sentido social e histórico. Daí porque uma prática ou uma teoria sobre uma determinada prática se insere num movimento e numa inter-relação de forças e tensões em que uma se constitui na antítese da outra; uma nega a outra e vice-versa (princípio da negação da negação), porque estão inseridas num projeto longo, numa cadeia de ações e reações de caráter social e histórico.

Por exemplo, para Gramsci a Filosofia da Práxis é um projeto prático de construção de um mundo ou nova realidade. A práxis transformadora engendra uma realidade histórica nova dentro de condições determinadas por uma práxis anterior. Segundo Gramsci, *“para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; faz-se esta separação, cai-se numa das tantas formas de religião ou de abstração sem sentido”*. Notas sobre Maquiavelo, México: J. Pablos, T. III, p. (63). A filosofia da Práxis parte da crítica a toda possibilidade de analisar uma ação prática como fato isolado, ou como ação em si mesma. Toda análise deste tipo seria fragmentada, incompleta e falsamente totalizante.

A teoria da práxis sustém que o ‘senso comum’ oculta o verdadeiro caráter não isolado de cada prática: sua conexão harmônica ou contraditória com as diversas práticas que fazem à produção social, isto é ao ‘trabalho’ de-reflexão que definiria os limites do sistema teórico e destruiria a especulação isolada enquanto referida ao juízo da ‘racionalidade’ de suas relações com as práticas que têm a ver com o núcleo das relações de produção. Neste caso, as ações se definem tanto com respeito ao mundo interno como com respeito ao mundo externo e à subjetividade, não se assume como explicação de uma teoria externa ao

sistema, mas, como uma das instâncias do sistema teórico. (Calello, H. Gramsci: um modelo para las ciencias sociales, p.257, in Astorga, 1986).

Qualifica-se como dialética *“uma relação existente entre dois momentos de uma totalidade que se condicionam reciprocamente entre si, onde a totalidade é determinada pela relação entre os momentos e por sua vez, momentos estão condicionados pela totalidade”* (Rod, 1977, p.47).

A natureza da prática humana está imbricada no pensamento humano. Essa articulação refere-se também, de uma forma geral, à natureza, entendida como objeto do conhecimento, com relação ao homem, entendido este como o sujeito cognoscente, segundo o explicita Rod,

Seria errado tratar a natureza e o pensamento como opostos que se excluem mutuamente: sua relação é dialética também, enquanto a natureza não pode ser irracional, a razão não pode ser contrária à natureza. Sobretudo, temos que considerar que a natureza com a que tem a ver o homem atuando e conhecendo não é a ‘natureza como tal’, mas a natureza condicionada pela práxis humana. Por isso é verdade, por um lado, que o homem está condicionado pela natureza, por outra parte, esta aparecer condicionada pela práxis humana (Rod, 1977, p.303).

Nessa linha de raciocínio, Markovic, na Dialética da Práxis, coloca como contexto maior da relação do homem (sujeito) com a natureza (objeto) a própria práxis. Segundo Marcovic, a relação entre sujeito e objeto é de índole essencialmente prática ... A práxis não é somente o terreno da comprovação posterior de supostos teóricos, mas ‘práxis’ designa a encarnação das relações originárias e fundamentais entre sujeito e objeto. Tanto os princípios gnosiológicos, como a fundamentação da verdade, têm que ser procurados nas relações práticas de sujeito-objeto. Nesse sentido, a teoria e a prática não se opõem como dois campos distintos ou separados que seriam relacionados um com outro numa seqüência linear, um depois do outro: ambos os campos são parte de uma mesma realidade: a ação social humana. A prática mais simples supõe objetivos, normas, intencionalidade, motivos, justificativas, às vezes explícitas ou evidentes; outras podem estar sendo inconsistentes, escondidas, ou supostas. Mas, quando essa prática é submetida a uma análise, revelam-se pressupostos e interesses complexos. Nesse sentido, Goergen, referindo-se à teoria educacional, afirma:

Qualquer prática, por mais simples ou natural que pareça, está carregada de teoria. Quanto mais antiga e rica for uma cultura, mais carregada de elementos teóricos estará a sua prática educacional. Esta carga teórica aumentou desde o momento histórico em que se iniciou a elaboração consciente e intencional de teorias educacionais, as quais influenciam a prática das mais diferentes maneiras. A partir de então, a prática torna-se uma mescla de elementos teóricos, idéias, normas conscientes e elementos inconsistentes. (Goergen, 1979, p.30).

Nessa linha de raciocínio, a prática deve ser entendida no contexto de uma formação social historicamente concretizada, e, como tal, prenhe de pressupostos, interesses, racionalizações, determinações econômico-sociais e referências político-culturais. Toda teoria, por sua vez, além de ser a racionalização de uma prática, e constituir-se também em instrumental da prática, na medida em que presta auxílio para a solução de problemas concretos, deve ser fundamentalmente crítica da prática na medida em que a questiona

constantemente. Sobre esse aspecto crítico da teoria, a meu ver a fase menos aprofundada na discussão, podemos apontar algumas considerações.

A dialética como método de compreensão da realidade não se esgota na interpretação dessa realidade e como resultado desse processo, não surge apenas uma teoria. A ligação necessária com a prática faz com que essa compreensão seja crítica e gere uma teoria também crítica, crítica com relação à realidade e com relação à prática transformadora. Nesse sentido, a teoria submetida ao confronto com a prática, coloca-se em tensão, isto é, em uma situação crítica. Apenas na medida em que a teoria está “*tensionada*” pela prática, ela consegue, ser teoria *da e para* a práxis.

A dialética como instrumento de pesquisa da realidade histórica e social interpreta para transformar essa realidade e, nesse sentido, carrega um propósito crítico e emancipatório. Schmied-Kowarzik, referindo-se à dialética na pedagogia e nas ciências sociais afirma:

(...) a ciência da educação – como todas as ciências sociais – é conduzida por um interesse libertário de conhecimentos voltados à emancipação e libertação dos homens. Quando se torne consciente deste interesse condutor do conhecimento, percebe-se dialeticamente envolvida na teoria crítica da sociedade, pois o objetivo desta teoria crítica é a análise reveladora de todas as imposições e mecanismos sociais que mantêm os indivíduos não emancipados e sem liberdade (1988, p.13).

Na sua especificidade, a Pedagogia, por exemplo, como teoria da educação, pretende não apenas compreender a prática educativa, mas voltar-se sobre essa prática, sinalizando seu aprimoramento. É uma ciência *da e para* ação educativa, e como tal, busca sistematizar a reflexão crítica dos processos educativos.

#### 4. A práxis e as ciências da ação

Considerando a contribuição da filosofia da práxis na discussão sobre a constituição das denominadas ciências da ação, particularmente Política, a Ética, a Pedagogia e outros campos semelhantes, cujos objetos de pesquisa são a ação e a prática, a recuperação da práxis como categoria epistemológica parece oferecer pistas para a elaboração dos estatutos científicos epistemológicos desses novos campos e para a redefinição do quadro de referências das ciências já constituídas<sup>4</sup>.

Os novos campos epistemológicos formam-se tomando por base a superação do *colonialismo epistemológico* que consiste na transferência simples de métodos e referências desenvolvidas em outras áreas e na tomada por empréstimo de teorias para entender os fenômenos, ou melhor, as práticas específicas desse campo. A história das ciências tem vários exemplos: a Sociologia, a Psicologia, nos seus primórdios, tomaram emprestado da Física, Biologia e da Matemática seus métodos e mesmo sua linguagem. De maneira semelhante, acontece com a Pedagogia, que, por falta ainda de um estatuto próprio, recebe o socorro da Psicologia, Sociologia, Economia, etc., criando-se um circuito do saber que consiste na aplicação das teorias oriundas dessas disciplinas aos atos e práticas educativas. O ponto de partida e o ponto de chegada são as teorias sociológicas, psicológicas, econômicas e não a prática educativa, que funciona como campo de passagem ou faz o papel de pretexto para

---

<sup>4</sup> A denominação de ciências da ação não se refere apenas a essas novas ciências. Também a Sociologia se insere nessa nova perspectiva epistemológica. A sociologia de Touraine entendida como “Ciência da ação Social”, na medida em que a ação histórica e os atores sociais passam a ser eixos centrais da Sociologia, também é uma “ciência da ação” (Alain Touraine, *Sociologie de l'action*, Paris, Seuil, 1965).

provar ou testar as teorias, ou, no melhor dos casos, o circuito acontece, tomando como ponto de partida os referenciais teóricos já constituídos nas várias ciências, os quais são aplicados aos atos educativos, na tentativa de explicá-los para depois retornar à matriz disciplinar, confirmado suas hipóteses, num circuito em que os fenômenos da educação são pontos de passagem das elaborações científicas, caracterizando, assim, um processo de *colonialismo epistemológico* e de Ciência aplicada. Isso mesmo acontece com os atos morais, objeto da Ética, e com as ações ou atos políticos, objeto da ciência política e com a motricidade humana, as ações-reações da corporeidade, a conduta motora, objeto da Educação Física.

Essa dificuldade de se constituir como ciências da ação deve-se ao impasse epistemológico criado pelas abordagens que separam a teoria da prática. A construção de teorias, os processos de verificação ou *falsação* formaram o campo da ciência *pura* ou das ciências básicas e a utilização das teorias para a análise e o controle ou a normatização dos fenômenos reais criaram outro campo o das ciências aplicadas ou da tecnologia. Os campos da educação, da política, da ética e outros afins, como a Educação Física, foram considerados como campos colonizados por outras ciências ou como ciências aplicadas. Daí a dificuldade de se constituir como campos epistemológicos autônomos. A superação da fase de colonialismo epistemológico ou de *ciências aplicadas* exige, em primeiro lugar, reverter o circuito do conhecimento. Tomando-se, então, como ponto de partida e de chegada, a prática educativa, os atos morais e políticos e, como instrumental explicativo ou compreensivo, as teorias das várias disciplinas, mas, organizadas com base na especificidade da prática, seja educativa, política ou ética. Isso implica a articulação de um campo interdisciplinar que tem como eixo à natureza e a especificidade dos novos campos epistemológicos que articulam a contribuição das várias teorias científicas e elaboram explicações e compreensões mais ricas e complexas na medida em que tece, em torno de fenômenos concretos, interpretações presas e *tencionadas* pelo eixo central, sejam os atos educativos, morais ou políticos, o no caso da Educação Física, a motricidade humana, as ações-reações da corporeidade, a conduta motora, etc.<sup>5</sup>.

Nesse sentido, a tradicional classificação das ciências, divididas em básicas e aplicadas, naturais, humanas, etc. tornam-se limitadas, pois as ciências da ação que dificilmente podem ser consideradas como ciências básicas, e, pelas limitações, acima expostas, também não poderiam ser consideradas apenas como ciências aplicadas. Daí a necessidade de procurar um novo tipo de estatuto científico para localizar as especificidades desses novos campos epistemológicos.

Tentando respostas para essas questões, e considerando que esses novos campos epistemológicos têm a ação e a prática como ponto de partida e de chegada da produção de conhecimentos, dos registros, das sistematizações e das elaborações e articulações explicativas e compreensivas, seus estatutos científicos definem-se melhor sendo entendidos como *ciências*

---

<sup>5</sup> Na Educação Física, o circuito do conhecimento na área parte do fenômeno da motricidade, do movimento do corpo humano, da prática esportiva, da dança, do jogo, da ação recreativa, das atividades de lazer, das condutas motoras, das forças, das ações e reações, das tensões do corpo humano e as teorias científicas às vezes oriundas da Psicologia, da Fisiologia, da Sociologia, da Biomecânica contribuem com suas hipóteses, teses e abstrações na explicação e compreensão desses fenômenos. Dessa forma, são convidadas a oferecer seus ricos elementos explicativos para a elaboração de um conhecimento da motricidade, das ações e reações, dos movimentos da corporeidade humana, etc. O circuito continua na volta dos fenômenos, explicando-os, compreendendo-os e sugerindo sua modificação e aprimoramento. Cria-se um movimento cognitivo dos fenômenos para os fenômenos. Uma volta rica em explicações e compreensões que “tencionam” a ação transformadora, e articulam estreitamente a prática-teoria-prática.

*práticas ou da ação*. Dessa forma, por exemplo, a Pedagogia perfila-se como uma ciência com relativa especificidade, por ter um objeto próprio: a ação educativa o trabalho pedagógico, ou a prática pedagógica. Nesse caso, como em outros em que a prática e a ação são o alvo da elaboração científica, é possível, segundo Schmied-Kowarzik (1988), a superação da tradicional divisão das ciências entre básicas e aplicadas, criando-se uma nova categoria para as novas ciências tais como a Pedagogia, a Política e a Ética. E no caso das ciências já constituídas como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, ou nas ciências aplicadas como Trabalho Social, Administração, etc., a retomada da discussão sobre a relação teoria-prática ou ação-reflexão, cria mudanças significativas nos seus estatutos epistemológicos.

A retomada da relação dialética entre teoria e prática ou, em outro nível, superando o dualismo ciências básicas e aplicadas, abre um amplo horizonte de desenvolvimento das novas ciências e potencializa uma nova perspectiva para as ciências já constituídas que têm como alvo de suas pesquisas os atos humanos, ou ações sociais. Numa segunda fase mais avançada dessa discussão, não apenas se reverteria o processo, partindo da prática passando pelo campo teórico da interdisciplinaridade, mas, radicalizando na dialética teoria-prática, se assumiriam como ciências da práxis, com todas as implicações apontadas no item 3, isto é, compreendendo essas ações educativas, políticas e éticas, na historicidade da construção de uma nova realidade e na dinâmica da formação de uma nova sociedade. A compreensão da prática social dos homens na complexidade da atual formação social somente terá sentido na medida em que o interesse emancipatório se orienta para a transformação dessa forma de agir, no contexto da atual sociedade, para a construção de novas formas de trabalho no perfil da nova formação social. Colocar a práxis como categoria epistemológica fundante dos novos campos do conhecimento científico parece uma utopia. Entretanto, a análise das contradições, resultantes do dualismo ciência básica, ciência aplicada, indicam a possibilidade da síntese, na categoria da práxis. A história da ciência não acabou. O futuro se delinea na superação das contradições presentes.

## Referências

ASTORGA, O. et al. **La filosofía de la práxis: de Labriola a Gramsci, Perfiles del Marxismo I**. Caracas: Alfadi, 1986.

CALELLO, H. Gramsci: um modelo para las ciencias sociales. In: ASTORGA, O. et al. **La filosofía de la práxis: de Labriola a Gramsci, Perfiles del Marxismo I**. Caracas: Alfadi, 1986, p. 257-277.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

GOERGEN, P. Teoria e Prática: problema básico da educação. In: REZENDE, A. M. (org.). **Iniciação Teórica e Prática às Ciências da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, p. 23-24.

GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavelo**. México: J. Pablos, s/d.

HABERMAS, J. **Théorie et Pratique**. Paris: Payot, 1975.

MARKOVIC, M. **Dialéctica de la práxis**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 1º capítulo e separata das teses sobre Feuerbach. Lisboa: Avante, 1981.

ROD, W. **La Filosofía dialéctica moderna**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1977.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Teoria e Prática: uma relação dinâmica e contraditória. In: **Revista Motrivivência**. Florianópolis, ano 7, n. 8, dez., 1995, p. 31-45.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SCHIMMEL-KOWARZIK. **Pedagogia dialéctica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TOURAINE, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1995.